



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Diretoria de Gestão de Serviços e Unidades Descentralizadas  
Superintendência Regional de Administração nos Estados de Goiás e Tocantins  
Serviço de Administração e Logística  
Seção de Licitações e Contratos  
Comissão Permanente de Licitação

### ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -

Trata-se de processo para contratação de empresa especializada em serviços de conserto e manutenção em fragmentadora de papel Comix modelo S611 com fornecimento de peças, para atender as necessidades da Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins - PFN/TO..

Foi realizada pela CPL/SRA/GO-TO a juntada das propostas de orçamentos enviada pela Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins -PFN-TO, para a execução da Dispensa de Licitação, conforme a seguir.

EMPRESA	CNPJ	VAOR TOTAL PROPOSTA
Data Supri Comercio e Serv. Reprográficos LTDA	13.621.524/0001-41	R\$ 1.890,00
Elétrica G.M & Serviços	07.789.897/0001-23	R\$ 2.090,00
DT Digiservi Tranding LTDA	02.602.747/0001-45	R\$ 2.510,00

Com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993 e suas alterações, **RECONHEÇO** a situação de Dispensa de Licitação com a empresa **Data Supri Comercio e Serv. Reprográficos LTDA** , inscrita no CNPJ sob o nº **13.621.524/0001-41**, no valor total de R\$ 1.890,00 (hum mil oitocentos e noventa reais), conforme documento SEI 38496307.

Item	Descrição do Serviço	Qtd.	Valor Total (R\$)

1	Serviços de conserto e manutenção na fragmentadora de papel Comix, modelo S611, com fornecimento de peças necessárias para o bom funcionamento.	01	R\$ 1.890,00
Total Geral (R\$)			R\$1.890,00
PFN/TO - Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins - Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Lotes 5/6, 3º andar, Plano Diretor Norte - Palmas/TO.			

Esclareço que foi informado crédito orçamentário para atender as necessidades da unidade, PSFN-ANAPOLIS, conforme doc. nº 38599225.  
20 de novembro de 2023.

Documento assinado eletronicamente

**FRANCISCA LOPES OLIVEIRA BENTES**

**CPL-DL/SRA-GO/TO**

De acordo.

**RECONHEÇO** a situação de **Dispensa de Licitação**, fundamentado no Art. 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações em favor da(s) empresa(s) vencedora(s) acima especificada(s) e comunico à Superintendente essa decisão.

Documento assinado eletronicamente

**CARLOS HUMBERTO BARRETO DE SOUSA**

Chefe da Seção de Licitações e Contratos

SRA-GO/TO

Nos termos do Reconhecimento de Dispensa de Licitação acima, **RATIFICO** a Dispensa de Licitação.

Documento assinado eletronicamente

**ÁDIMA GOMES SFAIR MEDEIROS**

Superintendente Regional de Administração nos Estados de Goiás e Tocantins

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Humberto Barreto de Sousa, Chefe(a) de Seção**, em 20/11/2023, às 18:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ádima Gomes Sfair Medeiros, Superintendente**, em 20/11/2023, às 18:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Lopes de Oliveira Bentes, Agente Administrativo**, em 20/11/2023, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38598715** e o código CRC **B82994D6**.



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS  
Secretaria de Serviços Compartilhados  
Superintendência Regional de Administração nos Estados de Goiás e Tocantins  
Planejamento

## PROJETO BÁSICO

### 1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para realização de manutenção fragmentadora de papel com fornecimento de peças para a Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins - PFN/TO.
- 1.2. Realizar manutenção corretiva na **FRAGMENTADORA COMIX MODELO S611** com a substituição de quaisquer componentes que se encontrem avariados, tais como engrenagens, mancais, facas de corte, espaçadores e rolamentos incluindo a mão de obra necessária a execução dos serviços.
- 1.3. O aparelho deverá ser entregues livre de defeitos, reinstalado e com os usuários instruídos sobre os serviços realizados.
- 1.4. Todos os serviços deverão seguir as recomendações do respectivo fabricante, no que concerne às técnicas utilizadas e peças de reposições.

### 2. DAS JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A contratação em questão é de extrema necessidade pois a Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins produz diariamente vários documentos sigilosos, desta forma, existe a necessidade de garantir que os dados sejam devidamente descartados de forma definitiva, eficiente e eficaz, protegendo as informações neles contidas.
- 2.2. Ao destruir os papéis obsoletos há economia de espaço físico, permitindo uma organização mais eficiente do local, possibilitando a reciclagem do papel o que implica na redução da demanda de recursos naturais auxiliando na preservação do meio ambiente.

### 3. DESCRIÇÃO RESUMIDA DA SOLUÇÃO

- 3.1. Manutenção a ser realizada em fragmentadora com as seguintes especificações: Fragmentadora Comix modelo S611.

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. São obrigações da Contratante:
  - 4.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;
  - 4.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

- 4.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 4.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 4.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 4.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Projeto Básico e na proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
  - 5.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
  - 5.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
  - 5.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;
  - 5.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
  - 5.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  - 5.1.6. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc..

## **6. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## **7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO**

- 7.1. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

## **8. DO PAGAMENTO**

- 8.1. O pagamento será realizado conforme a entrega do objeto.
- 8.2. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

- 8.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 8.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.
- 8.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 8.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 8.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 8.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**9. LOCAL DE EXECUÇÃO**

9.1. PFN/TO - Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins - Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Lotes 5/6, 3º andar, Plano Diretor Norte - Palmas/TO.

**10. ADJUDICAÇÃO**

10.1. Menor preço global.

**11. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. 339039 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

**12. FISCAL DA EXECUÇÃO**

12.1. PFN/TO - Procuradoria da Fazenda Nacional em Tocantins - Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Lotes 5/6, 3º andar, Plano Diretor Norte - Palmas/TO.

**13. CONTATOS DA PFN/TO**

13.1. Maria das Dores Fontes - (63) 3901-2200/2201

Documento assinado eletronicamente

ANA CRISTINA LEGEY DE SIQUEIRA

MEMBRO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Legey de Siqueira, Profissional**, em 17/11/2023, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38496679** e o código CRC **9B787D49**.